

Turismo comunitário, territorialidades e resistências: o caso do território quilombola do Cumbe (Aracati-Ceará-Brasil)

Vitória Ferreira de Souza * Camila Dutra dos Santos **

Universidade Estadual do Ceará (Brasil)

Resumo: A atividade turística tem ganhado cada vez mais destaque no contexto da sociedade globalizada. No Brasil, com ênfase na área litorânea da região Nordeste do país, há uma forte intensificação dos serviços turísticos. As comunidades tradicionais, situadas na zona costeira cearense, sofrem com os processos de especulação imobiliária, expropriação de terras, e também suas atividades são afetadas por grandes projetos de turismo de massa. Porém há outra forma de turismo que preserva o meio ambiente, a identidade territorial e promove justiça ambiental - o turismo comunitário. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados do projeto de extensão realizado na comunidade quilombola no Cumbe (Aracati-CE), sobre a atividade do turismo comunitário. A metodologia utilizada baseou-se na pesquisa participativa, onde as pessoas da comunidade atuaram de forma interativa no desenvolvimento do projeto. Os resultados trouxeram contribuições para a organização do turismo comunitário local, através das atividades de capacitação (cursos), oficinas, reuniões e a criação de um folder sobre os caminhos do Turismo Comunitário no Cumbe (Aracati-CE).

Palavras-chave: Turismo Comunitário; Turismo de Massa; Resistências; Quilombo do Cumbe; Brasil.

Community Tourism, Territorialities, and Resistance: The Case of the Cumbe Quilombola Territory (Aracati-Ceará-Brazil)

Abstract: Tourism has gained increasing prominence in the context of globalised society. In Brazil, and with a strong emphasis on the coastal area of the Northeast region, there is a massive intensification of tourism services. Traditional communities located in the coastal zone of Ceará are affected by processes of real estate speculation, land expropriation, and their activities are also impacted by large-scale mass tourism projects. However, there is another form of tourism that preserves the environment, territorial identity, and promotes environmental justice - community tourism. The objective of this article is to present the results of an extension project carried out in the Quilombola community of Cumbe (Aracati-CE) focusing on community tourism. The methodology used was based on participatory research, where community members participated interactively in the project's development. The results contributed to the organisation of local community tourism through capacity-building activities (courses), workshops, meetings, and the creation of a brochure on the paths of Community Tourism in Cumbe (Aracati-CE).

Keywords: Community Tourism; Mass Tourism; Resistance; Cumbe Quilombo; Brazil.

1. Introdução

A comunidade quilombola¹ do Cumbe está localizada no município de Aracati, litoral leste do Ceará (estado da região Nordeste do Brasil). Situada à margem direita do Rio Jaguaribe, principal bacia hidrográfica do Ceará, são realizadas as atividades econômicas, culturais e de lazer em torno do

* E-mail: vitoriahsouza64@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0009-1224-820X>

** E-mail: camila.dutra@uece.br; <https://orcid.org/0000-0002-9453-5983>

Cite: Souza, V. F. & Santos, C. D. (2024). Community Tourism, Territorialities, and Resistance: The Case of the Cumbe Quilombola Territory (Aracati-Ceará-Brazil). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 22(4), 675-689. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2024.22.044>

ecossistema fluviomarinho². A localização litorânea do quilombo do Cumbe, mais especificamente nas proximidades da praia do Cumbe, influencia no desenvolvimento de atividades relacionadas ao ambiente marinho, como a pesca artesanal e a produção de artesanato. Além disso, desempenha um papel crucial na preservação e gestão sustentável dos recursos naturais, como o ecossistema manguezal.

A comunidade é composta, em sua maioria, por negros(as), pescadores(as), marisqueiras e artesãos(ãs), que vivem dos sistemas ambientais presentes no território, como o mangue, as dunas, as lagoas e o rio, realizando atividades extrativistas e de lazer. A identidade negra quilombola está atrelada a um forte laço de pertencimento ao território, oriundo dos valores e do modo de vida tradicional advindo dos seus antepassados, perdurando até os dias atuais e sendo repassados para as próximas gerações.

Este artigo propõe apresentar o desenvolvimento e os resultados do projeto de extensão intitulado: “Inventário da realidade do território quilombola-pesqueiro do Cumbe (Aracati-CE): elementos para articular o turismo comunitário”, desenvolvido, pelo Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), do qual fazemos parte, e junto à comunidade. A extensão universitária se configura como um meio primordial para a promoção do diálogo, da experiência e efetivação do saber científico. Através dela, estabelecemos uma relação de proximidade entre o meio acadêmico e a sociedade. No desenvolvimento do projeto de extensão trabalhamos o tripé proposto pela UECE: ensino, pesquisa e extensão.

As pesquisas foram realizadas de forma teórica, através do levantamento bibliográfico, e, de forma prática, por meio das atividades de campo. Trabalhamos por meio da óptica do ensino enquanto aprendemos e compartilhamos os conhecimentos. Já a extensão universitária contribuiu de maneira significativa, levando os conhecimentos geográficos até o território e aplicando-os conforme as necessidades da comunidade.

É comum a adoção de uma postura de invisibilidade e insipiência quanto ao modo de organização das comunidades quilombolas, especificamente nos cenários acadêmico e governamental, e também por parte da sociedade civil (Oliveira, 2018). Tal questão reverbera a importância da contribuição dos projetos de extensão universitária, assim como a produção de trabalhos como este, para dar maior visibilidade à luta dos povos tradicionais.

O projeto de extensão teve os seguintes objetivos: sistematizar didaticamente as informações e produtos cartográficos produzidos sobre o turismo comunitário; realizar oficinas sobre o turismo comunitário e comunicação popular; confeccionar um folder para o turismo comunitário do Cumbe; contribuir com a organização da exposição fotográfica sobre o turismo comunitário na Festa do Mangue de 2021; realizar o III Seminário de Extensão no Cumbe entre outros objetivos (Santos, 2021).

De maneira ampla, os objetivos do projeto de extensão visavam atender as necessidades da comunidade no que se refere à atividade do turismo comunitário. Essa modalidade de turismo, além de ser uma fonte de renda complementar, configura-se também como uma forma de resistência por parte dos quilombolas diante dos conflitos existentes no território e além dele (com impactos externos que afetam a comunidade).

A nossa abordagem metodológica fundamentou-se na pedagogia do território, em conformidade com a pesquisa participante. A pedagogia do território é uma metodologia emancipatória que procura articular o conhecimento científico com o conhecimento popular.

A seguir são apresentadas as definições e divergências do turismo comunitário e o turismo convencional. Posteriormente é feita uma contextualização da comunidade quilombola do Cumbe, abordando as características da comunidade, os sistemas ambientais presentes no território e os conflitos causados pelos empreendimentos desenvolvimentistas. Em seguida é salientado sobre como a atividade do turismo comunitário ocorre no Cumbe. O quarto tópico refere-se aos procedimentos metodológicos. Por fim, é realizada uma breve descrição dos caminhos do turismo comunitário no território quilombola do Cumbe (Aracati-CE), e logo após temos as considerações finais.

2. Turismo convencional e turismo comunitário: definições e divergências

O turismo é uma prática social vinculada a uma atividade de deslocamento, sendo o lazer uma de suas principais finalidades. A expansão do turismo na sociedade moderna está associada ao início do capitalismo industrial no século XIX. Com o advento da Terceira Revolução Industrial, o turismo também passou a ser realizado pela classe média trabalhadora, dando origem ao turismo de massa e aos grandes fluxos turísticos pelo mundo.

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade, bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. (Cruz, 2003, p.6).

A atividade turística tem ganhado cada vez mais destaque no contexto da sociedade globalizada. São diversas as motivações que impulsionam as pessoas a viajarem, podendo ser subdivididas em motivações de lazer e de trabalho. A globalização alcançada nos últimos anos, principalmente devido às novas tecnologias, propiciou um significativo aumento do vocabulário turístico. No entanto, essa especialização linguística se desenvolveu e se diferenciou, tanto com a integração e transformação de conceitos anteriores ao desenvolvimento do turismo, quanto com o surgimento de novas ideias relacionadas às mudanças e demandas atuais. (Pedote, 2022).

O turismo de massa é caracterizado por destinos que atendem a uma grande parcela de viajantes com recursos econômicos limitados, mas que, ao final, acabam por transformar significativamente a localidade receptora (Brito, 2016). Assim, o turismo passou a suscitar na população o desejo de viajar, inserindo-se no âmbito de consumo da sociedade.

Essa modalidade de viagem e descanso busca a ruptura com a vida cotidiana nas cidades e nas empresas: o sol, o lazer, e habitualmente destinos costeiros, litorais, e vivenciar um jeito completamente distinto de desfrutar da vida durante uns dias ou semanas. (Pereira & Dantas, 2021, p.7).

Nesse contexto, são desenvolvidos múltiplos produtos e serviços para atender às exigências de consumo dos turistas, que, em função de atender a tais requisitos, tem-se a modificação do hábito de vida da população local por influência dos visitantes (Souza, Bahl & Kushano, 2013).

No Brasil, com ênfase na área litorânea da região Nordeste, a partir da década de 1970, iniciou-se o desenvolvimento e a intensificação das atividades turísticas e, no cenário atual, as praias, por exemplo, têm ganhado cada vez mais destaque em escala global. Isso tem despertado grande interesse econômico dos empresários e do governo, visando promover o desenvolvimento do turismo nacional.

Para tal houve a criação de alguns programas que estão atrelados a uma rede de apoio e de execução, são exemplos: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR – NE4; Investe Turismo; Fundo Geral do Turismo (Fungetur); Rede de Inteligência de Mercado; Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV); Infraestrutura Turística (DIETUR); Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo (DEPIT); Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), entre outros.

Para a execução das políticas públicas e gestão do turismo, algumas estruturas administrativas são importantes, como a existência de secretaria ou diretoria de turismo, conselho de turismo, entre outras. No entanto, o que tem se observado nos municípios litorâneos da Região Nordeste, de forma geral, é uma baixa participação social (Braga & Selva, 2016).

Conforme destacado pelas autoras, a baixa participação social ocorre pela exclusão das comunidades locais do processo turístico, já que este é gerenciado pelas esferas administrativas do governo e das empresas privadas. O território turístico é condicionado por relações de poder, configurando uma relação conflituosa entre os grupos hegemônicos e a população local posta à margem de tal processo. Diante do exposto, compreende-se que a dinâmica espacial do turismo ocorre com base na apropriação do espaço que, por sua vez, é territorializado conforme as suas demandas.

Nesse contexto, há os processos de produção do espaço que desencadeiam a urbanização turística. Mullins (1991) destaca que a urbanização turística se relaciona à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano desenvolvidas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como preponderante na economia local.

Quando o turismo inicia o processo de emancipação nos territórios, ele provoca uma série de modificações na paisagem, assim como a reestruturação espacial para atender às suas demandas. Coriolano (2006) afirma que [...] a produção do espaço é determinada por relações socioespaciais e de poder, sendo o turismo, uma prática social de apropriação e de dominação de muitos territórios, especialmente nos países tropicais. Com o avanço do turismo de massa, as comunidades tradicionais, situadas no litoral do Ceará, têm sofrido com a especulação imobiliária, a expropriação de terras, e também tiveram suas atividades afetadas pela emancipação dos projetos turísticos capitalistas. Dessa maneira, o turismo comunitário surge como uma forma de defesa do território e do modo de vida tradicional.

Assim, o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à

exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (Coriolano, 2008, p.282).

O turismo comunitário representa uma alternativa ao turismo hegemônico, e se configura como uma forma de resistência das comunidades tradicionais diante do avanço do turismo de massa. O turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do nível de descaracterização diante da hegemonia das sociedades urbanas industriais, assumam um papel central em seus modos de vida, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista (Sampaio, 2005).

Essa modalidade de turismo é baseada no protagonismo social, funcionando simultaneamente como um meio de afirmação identitária para essas comunidades. Há um enfoque na preservação da natureza, das práticas tradicionais, culturais, das identidades locais e da ancestralidade. O turismo comunitário é um modelo de gestão do turismo pautado na sustentabilidade ecológica, cultural e econômica e na valorização das peculiaridades e heterogeneidades do local (Castro & Pinto, 2013).

A zona costeira cearense é povoada por várias comunidades tradicionais que lutam em defesa dos seus territórios em virtude do avanço do turismo de massa. As relações socioespaciais são estabelecidas de maneira conflituosa e, enquanto ocorrem os processos de apropriação e transformação desses territórios, emergem também as resistências dos povos tradicionais, assim como a manifestação de suas territorialidades.

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade adquire um valor particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vívido" territorial pelos membros de uma coletividade, e pelas sociedades em geral. Podemos considerar a perspectiva subjetiva desses grupos sociais, considerando que é no "vívido" onde se constrói a identidade sociocultural, sendo a territorialidade, uma expressão de quem eles são, dos valores, da cultura e do modo de vida.

Com o avanço do turismo no litoral, houve a decadência e o desaparecimento de muitas atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a renda, o labirinto, substituídas por atividades ligadas a hotéis, pousadas, restaurantes e bares (Coriolano, 2008). Em muitos locais, as atividades tradicionais foram relegadas a segundo plano, pois perderam espaço para a realização das atividades turísticas, como por exemplo o kitesurf, a implantação dos equipamentos turísticos, os chamados atrativos turísticos, entre outros.

Os territórios turísticos caracterizam-se, pelo confronto que abrigam entre duas territorialidades distintas, a territorialidade sedentária dos que aí vivem frequentemente, e a territorialidade nômade turistas, que extrapolam a realidade cotidiana dos moradores locais (Cruz, 1999). Ocasionalmente danos para o meio ambiente, assim como impactos socioeconômicos para a população que, por sua vez, é vista como mão de obra menos qualificada e, conseqüentemente, inapta para realizar determinadas atividades mais técnicas. Na prática, ocorre a preferência por mão de obra mais qualificada, advinda de outras localidades. Tal questão contradiz o discurso governamental de geração de emprego e renda para a população local. Diante do exposto, compreende-se que a dinâmica espacial do turismo ocorre com base na apropriação do espaço que, por sua vez, é territorializado conforme as suas demandas.

Diante dessas circunstâncias, as comunidades tradicionais começaram a propor outras propostas de turismo, que consideram o protagonismo social e a sustentabilidade, como, por exemplo, ecoturismo, turismo rural e turismo cultural, configurando-se em uma alternativa ao turismo de massa. As comunidades passam a desenvolver uma nova forma de organização da atividade turística, como o proposto pelo turismo comunitário.

No turismo comunitário, os residentes possuem o controle efetivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos. Assim, conseguem melhorar suas economias, preocupando-se com o envolvimento participativo, não de forma individualista; daí o avanço para as gestões integradas dos arranjos produtivos que passam a ser comunitários, e facilitam o enfrentamento dos conflitos (Coriolano, 2008).

Muitas comunidades passaram a aderir redes de organização, de modo a fortalecer as atividades do turismo comunitário. Em 2008, a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) foi criada, propondo uma articulação entre as comunidades que desenvolvem o turismo comunitário. Um dos objetivos da Rede Tucum é promover formas de oferta turística que garantam, às populações tradicionais, a permanência em seu território, e possibilitem a continuidade das atividades econômicas tradicionais, dando visibilidade às lutas sociais, para o reconhecimento das comunidades participantes (Rede Cearense de Turismo Comunitário [TUCUM], 2013).

Uma das principais características desse novo eixo do turismo é que a comunidade tem autonomia para gerenciar todo o processo de planejamento e realização do turismo comunitário. Dessa forma, os

princípios são estabelecidos com base na organização comunitária interna e na cooperação entre as comunidades, são exemplos: a preservação das atividades tradicionais, a geração de renda para as pessoas da comunidade, assim como a preservação dos valores culturais e identitários.

Existem muitas diferenças entre o turismo de massa e o turismo comunitário, uma delas é a forma de hospedagem. No turismo comunitário, quem vem realizar os momentos de lazer, propostos pela comunidade, é o chamado de visitante, e fica alojado nas chamadas hospedagens solidárias, cedidas por famílias de alguns moradores que realizam o turismo comunitário. Esse tipo de hospedagem propõe que o visitante possa vivenciar a dinâmica da comunidade, e conhecer as histórias de luta por justiça ambiental em defesa do território e das riquezas naturais presentes.

Assim, o turismo comunitário atua como uma forma de renda complementar, mas vai além de uma atividade econômica, é uma forma de resistência dessas comunidades frente às injustiças ambientais e a invisibilização dos valores e do modo de vida no território tradicional.

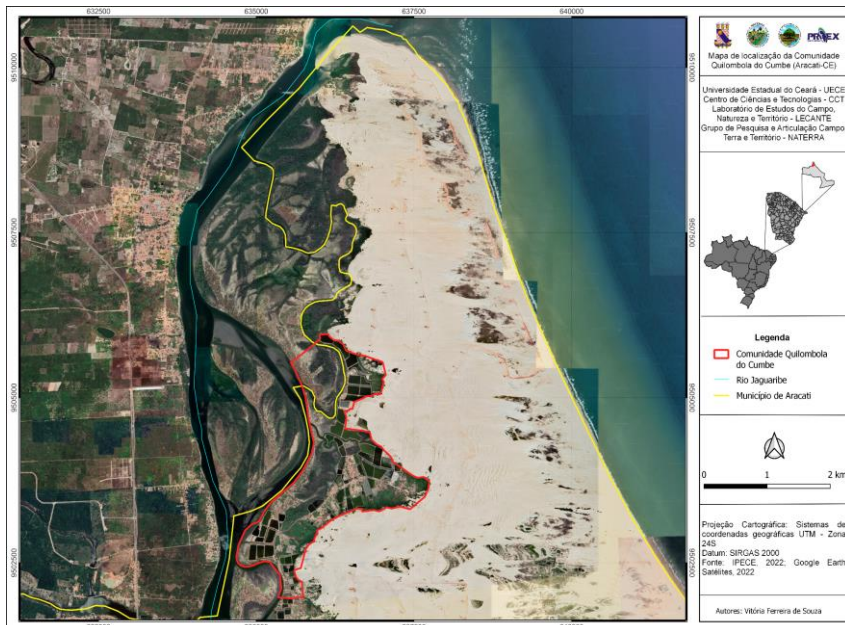
3. A Comunidade Quilombola do Cumbe

Em 2014, a Comunidade Quilombola do Cumbe foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, passando a ser chamada de Quilombo do Cumbe: Associação Quilombola do Cumbe/Aracati - CE (AQC). A comunidade é composta, predominantemente, por descendentes de quilombolas, os quais são pescadores(as), marisqueiras, agricultores(as) e artesãos(ãs).

Sendo a última comunidade na margem direita do Rio Jaguaribe, principal bacia hidrográfica do estado, circundada a leste por dunas móveis e fixas, sítios arqueológicos, lagoas interdunares e pela praia; a oeste por carnaubais, rio, gamboas, salgados e o manguezal, compondo a Área de Preservação Ambiental Municipal do Aracati – APA de Canoa Quebrada, que inclui as comunidades do Esteves, Canoa Quebrada, Cumbe, Canavieiras e Beirada (Nascimento & Lima, 2014, p. 182).

A comunidade possui cerca de 168 famílias, e está dividida entre os que se identificam como quilombolas e os que não se identificam, essa repartição é resultado da disputa de interesse dos empresários nacionais que gerenciam os empreendimentos instalados na comunidade e que cooptaram parte dos moradores para defender seus ideais desenvolvimentistas.

Figura 1: Mapa de localização da comunidade quilombola do Cumbe (Aracati-CE)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Atualmente a Comunidade Quilombola do Cumbe/Aracati, vem sofrendo com a implantação dos projetos desenvolvimentistas, são exemplos, o parque eólico e a atividade da carcinicultura, que desrespeitam o modo de vida dos quilombolas, e as relações que há entre a comunidade e os sistemas naturais, no que se refere a preservação destes para a realização das atividades de subsistência e de lazer, como a utilização do campo de dunas, das lagoas temporárias, da praia, do manguezal, entre outros (Nascimento & Lima, 2017).

O conflito pela água é o ponto inicial, pois trata-se de um problema antigo da comunidade, visto que o Cumbe é um território que, historicamente, possuía água em abundância, devido sua localização privilegiada às margens do Rio Jaguaribe (...). A retirada da água doce, proveniente das lagoas interdunares, comprometeu o equilíbrio ambiental local, o que mais preocupa os(as) moradores(as) do Cumbe. A mudança com a chegada da CAGECE repercutiu até os dias de hoje, pois com a privatização dos mananciais, a água para o consumo humano e para os meios de reprodução da vida começou a faltar e/ou alterar sua qualidade, prejudicando as atividades dos(as) quilombolas (Santos, 2020, p.50).

Além dos impactos supracitados, há os conflitos e os danos socioambientais causados pela atividade da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro). No Cumbe há cerca de 65 unidades de viveiros, contribuindo para a poluição da água doce superficial e subterrânea no território, devido à dispensa de produtos químicos (sem tratamento adequado) e o excesso de sal, utilizados para aumentar a produtividade do camarão, sobre a água e o solo. (Santos & Santos, 2020).

Essa atividade econômica se expandiu significativamente no município de Aracati, afetando diretamente o mangue local e, conseqüentemente, as atividades de subsistência da comunidade, causando para além dos impactos ambientais, danos econômicos. A atividade da carcinicultura e o empreendimento dos parques eólicos chegaram no território com o discurso de geração de emprego para a população, isto é, com a proposta de promover o desenvolvimento local. No entanto, essa empregabilidade não é expressiva nem na quantidade de empregos, nem nas condições de trabalho e renda. Sendo assim, o chamado “desenvolvimento” tem causado uma série de danos para a comunidade, intensificando as injustiças ambientais no território.

Dessa forma, a comunidade quilombola luta constantemente para (re)afirmar seu pertencimento ao território, especialmente porque há uma tentativa dos empresários de deslegitimar a identidade dos moradores e seus costumes, com o objetivo de aumentarem as atividades exploratórias no município. Assim, as formas de resistência dos moradores são símbolos de uma comunidade que luta pelo direito a um território livre. Uma das formas dessas resistências está na realização do turismo comunitário. (Santos, 2020, p. 33).

Em 2008, houve a instalação de 67 torres para a produção de energia no campo de dunas localizado na comunidade do Cumbe, o que acirrou ainda mais os interesses que gravitam sobre aquela região, gerando conflitos e trazendo impactos significativos na dinâmica do território (LIMA, 2019). Com a instalação do parque eólico, a comunidade do Cumbe passou a vivenciar várias mudanças no seu modo de vida, a exemplo da privatização de uma parte do campo de dunas, que causou drásticas alterações na paisagem, como a implementação de cercas barrando o acesso que antes era ilimitado à comunidade.

Pesquisadores observam que, durante a implantação dos parques eólicos, diversos impactos relacionados à água do território surgiram, como: soterramento de lagoas interdunares; implantação de fios elétricos no subterrâneo das dunas e lagoas; compactação das dunas, impedindo a infiltração da chuva no aquífero e diminuindo sua recarga; e, possivelmente, um aumento do ferro na água (Castro, 2021, p.250). Conforme destacado pelo autor, além do temor causado pelo perigo representado pela fiação elétrica subterrânea e os fios expostos, nas áreas onde ainda há o trânsito de pessoas, a comunidade também sofre pela inacessibilidade às lagoas interdunares prejudicando as suas atividades de lazer e trabalho.

Na comunidade quilombola do Cumbe é salientado que onde há conflito, há resistência. Dessa forma, o turismo comunitário surge como uma das formas de resistência, expressando um mecanismo de afirmação territorial e o fortalecimento da identidade negra quilombola (Lustosa, 2012). Também vale destacar que a criação da Associação Quilombola do Cumbe contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da articulação comunitária, no que se refere aos processos de organização e gerenciamento das atividades desenvolvidas pela comunidade, manifestando, também, as formas de resistência.

4. Materiais e métodos

Nossa metodologia utilizou-se da pesquisa participante, onde “o conhecimento científico e o popular articulam-se criticamente em um terceiro conhecimento novo e transformador” (Brandão & Borges, 2007, p.54). Na pesquisa participante, o conhecimento científico não se configura como a única via da produção e validação do conhecimento, os saberes populares (dos sujeitos sociais) também se constituem como de suma importância nesse processo. Sendo assim, a comunidade participou ativamente de todos os trabalhos propostos no projeto de extensão. Os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento bibliográfico acerca das temáticas trabalhadas, trabalhos de campo, oficinas, rodas de conversa com os moradores da comunidade e a utilização da cartografia social.

No tocante ao referencial teórico, nos debruçamos nas leituras das obras de alguns autores(as), sendo eles: Claude Raffestin, abordando a perspectiva das territorialidades; Luzia Coriolano, em suas obras ela destaca importantes problematizações acerca da atividade turística; Lara Santos e Ariel Castro, que realizaram trabalhos junto a comunidade quilombola do Cumbe sobre os caminhos do turismo comunitário e os conflitos pela água, respectivamente; Rita Cruz, em sua obra a autora aborda algumas concepções introdutórias sobre a Geografia do Turismo, entre outros autores.

As atividades de campo foram conduzidas de acordo com a disponibilidade da comunidade e dos pesquisadores. Comumente, as atividades envolviam oficinas, rodas de conversa, cursos, apresentação do andamento dos trabalhos em desenvolvimento e a realização do seminário de extensão e monitoria, que consiste em um momento de compartilhamento das atividades realizadas ao longo do ano e das propostas para o próximo ano.

As atividades realizadas foram definidas de forma dialogada com a comunidade, buscando atender às demandas referentes à atividade do turismo comunitário. Dessa forma, realizamos oficinas, a exemplo da formação, cujo objetivo foi promover o intercâmbio de conhecimentos entre algumas comunidades da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), sobre as práticas de recepção de visitantes e a precificação dos produtos e serviços do turismo comunitário nas comunidades.

O uso da cartografia social foi essencial para o mapeamento colaborativo dos caminhos do turismo comunitário da comunidade quilombola do Cumbe. A Cartografia Social possibilita a politização de mapas que, em momentos anteriores, eram submetidos a abordagens técnicas controladas por entidades governamentais e corporações multinacionais. Nesse contexto, os mapas são incorporados nas lutas sociais, evidenciando os fatores étnicos, religiosos, de gênero e as disputas por recursos naturais (Junior, 2010).

O mapeamento colaborativo foi realizado mantendo uma integração constante entre o conhecimento da comunidade e o acadêmico, com o auxílio dos programas Google Earth e QGIS. A identificação dos pontos de interesse para o turismo comunitário foi conduzida com a participação ativa da comunidade e dos integrantes do LECANTE/NATERRA, por meio do aplicativo C7 GPS Dados Campeiro. Para realizar a cartografia social foram organizadas rodas de conversa para apresentar e validar as atividades propostas juntamente com os quilombolas.

O folder dos caminhos do turismo comunitário no Cumbe também foi uma construção coletiva, foram realizados encontros virtuais e presenciais com integrantes da comunidade, para construirmos este produto-comunicativo de forma coletiva. A comunidade atuou de forma participativa nas atividades realizadas, através desta metodologia foi possível nos aprofundarmos na pesquisa sobre como o turismo comunitário é realizado na comunidade quilombola do Cumbe. Dessa forma, no decorrer da realização do projeto de extensão, todos os envolvidos foram considerados pesquisadores(as) e, no caso das pessoas da comunidade, como pesquisadores(as) populares (moradores da comunidade que atuam diretamente na produção do conhecimento sobre seus territórios).

5. Resultados e discussão

5.1. O turismo comunitário na Comunidade Quilombola do Cumbe

No território quilombola do Cumbe, o turismo comunitário é realizado como uma forma de resistência, frente aos conflitos enfrentados pelos quilombolas, e também contribui para uma renda complementar para as pessoas da comunidade, fortalecendo as práticas tradicionais. Sendo assim, o intuito é que o(a) pescador(a), a marisqueira, o(a) artesão(ã), assim como outros(as), continuem a realizar as suas atividades tradicionais, pois o turismo comunitário ocorre como uma maneira de complementar a renda dessas pessoas, e não ser a única via de renda ou comprometer as atividades tradicionais. No decorrer de 2021, elaboramos um folder de turismo, contendo informações sobre os caminhos do turismo comunitário no Cumbe e as hospedagens solidárias, visando contribuir para o

desenvolvimento local (figura 2). Realizamos encontros virtuais e presenciais com integrantes da comunidade, para construirmos este produto-comunicativo de forma coletiva.

Alguns termos empregados na atividade do turismo comunitário diferem dos que são utilizados no turismo convencional, a exemplo da substituição do termo turista por visitante, e no caso do Cumbe, a substituição de trilha por caminhos.

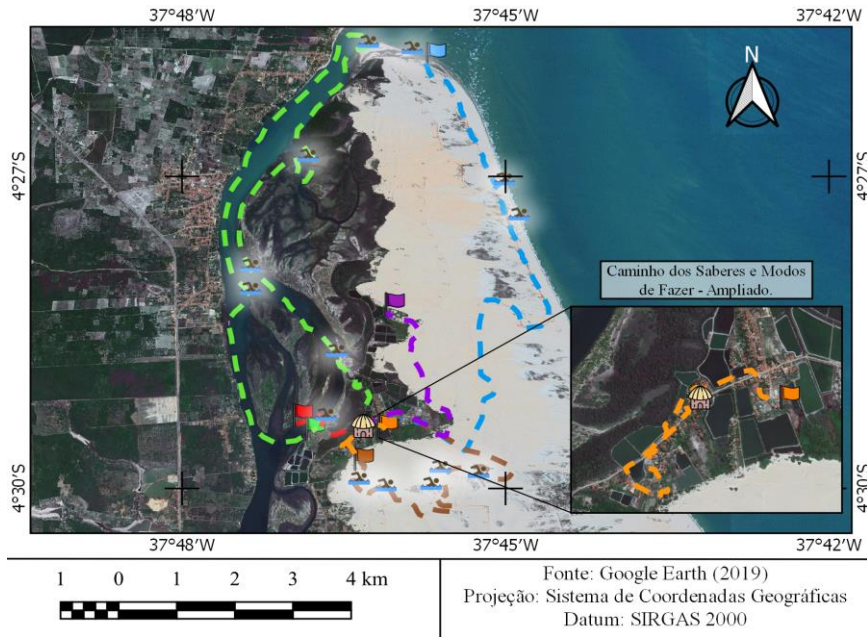
Quando utilizam o termo “caminhos”, a comunidade não se propõe a mostrar somente o que é belo, pois, além de apresentar as riquezas naturais do território, a intenção também é revelar para os visitantes a importância dos sistemas ambientais que compõem a paisagem da comunidade, assim como a necessidade de sua preservação. A prática do turismo comunitário também objetiva denunciar as injustiças ambientais que ocorrem no território, e dar visibilidade à luta dos quilombolas em defesa da vida e do território tradicional.

Figura 2: Capa do folder dos caminhos do turismo comunitário no território quilombola do Cumbe



Fonte: NATERRA & TERRAMAR (2022).

Em 2019, foi realizado o mapeamento dos caminhos do turismo comunitário no Cumbe, como resultado de outro projeto de extensão intitulado: “Pelos caminhos do turismo comunitário da Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati/CE: cartografias, memórias e vivências”, desenvolvido em conjunto com a comunidade no ano de 2019. O projeto concluiu que existem 6 caminhos principais que a comunidade utiliza no cotidiano e que também são voltados ao turismo comunitário: 1) lugares de memória, 2) lagoas do Cumbe, 3) saberes e modos de fazer, 4) ilhas do rio Jaguaribe, 5) caminho do mangue e 6) o caminho da praia, conforme vemos na figura 3.

Figura 3: Mapeamento dos caminhos do Turismo Comunitário no Cumbe**Legenda**

- | | |
|--------------------------------------|--|
| Associação Quilombola | Ponto Final Caminho 1: Sítio Santa Cruz |
| 1 - Caminho Lugares de Memória | Ponto Final Caminho 2: Duna do Por do Sol |
| 2 - Caminho Lagoas do Cumbe | Ponto Final Caminho 3: Quintal da Dona Zuíla |
| 3 - Caminho Saberes e Modos de fazer | Ponto Final Caminho 4: Ilha do Mosquito |
| 4 - Caminho Ilhas do Jaguaribe | Ponto Final Caminho 5: Ilha do Caldeleiro |
| 5 - Caminho do Mangue | Ponto Final Caminho 6: Foz do Rio Jaguaribe |
| 6 - Caminho da Praia | Pontos de Banho [14] |

Fonte: NATERRA - UECE (2019).

Por meio de cada caminho é possível conhecer sobre a história e a diversidade local. O panorama dos pontos de parada, perpassam por: ícones religiosos (Igreja Nosso Senhor Bonfim); pontos de conflitos no território (subestação do parque eólico); locais de exposição e comercialização dos artesanatos (oficinas de artesanato); áreas que revelam a riqueza da vegetação local (lagoas do Cumbe, ecossistema manguezal, rio, gamboas, dunas...); outros pontos ainda mostram o trabalho das mulheres quilombolas; há também lugares que apresentam uma paisagem exuberante (praia, ilhas do Jaguaribe...); entre vários outros possíveis destinos de parada.

O turismo comunitário é realizado de forma bastante organizada na comunidade quilombola do Cumbe. No que se refere à divulgação, as mídias (a criação dos cards e o site da Associação) são de responsabilidade dos jovens da comunidade, revelando um belíssimo talento. O meio de alojamento é através das hospedagens solidárias, onde alguns moradores dispõem de suas residências para receber os visitantes.

As acomodações das hospedagens solidárias oferecem café da manhã, roupas de cama e banho, wi-fi, espaço para armar rede e colocar colchonetes, camas de casal e solteiro, e algumas residências dispõem de TV e DVD. São cerca de quatro hospedagens solidárias (contabilizando com a acomodação da Associação) que oferecem um ou mais quartos, possibilitando que os visitantes desfrutem da comodidade do lar dos quilombolas.

O público-alvo é aquele que busca conhecer sobre a história de luta das comunidades tradicionais. O principal objetivo do turismo comunitário é mostrar a realidade para os visitantes, no que se refere ao

cotidiano dos quilombolas, aos conflitos e às resistências existentes no território. E também há os momentos dedicados ao lazer, onde é possível desfrutar das belezas naturais locais.

A comunidade quilombola do Cumbe também realiza algumas ações culturais que são muito importantes para o fortalecimento identitário e territorial e que também são vivências importantes para os(as) visitantes, são exemplos: Bloco das Karombolas do Cumbe (no carnaval), Semana Santa (abril), Semana do Meio Ambiente (no mês de junho), Arraiá do Manguezá (junho), Dia Mundial em Defesa dos manguezais (julho), Festa do Mangue (outubro), Semana da Consciência Negra (novembro), Dia do Quilombo do Cumbe (em dezembro), Festa do Padroeiro do Cumbe Nosso Senhor do Bonfim (dezembro). A Festa do Mangue é o que reúne um maior público, trata-se de “um evento de expressão cultural no qual as memórias, histórias, fazeres e práticas próprias da comunidade são reafirmadas entre seus moradores e compartilhadas com o público visitante” (Souza, Oliveira & Vieira, 2020, p.222). É um evento que proporciona conhecer e vivenciar um pouco da cultura tradicional em seus aspectos culinários, musical, costumes, danças, e de forma geral, as festividades.

Figura 4: Instagram do quilombo do Cumbe



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Figura 5: Site da Associação



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

5.2. Os caminhos do turismo comunitário no Quilombo do Cumbe: paisagens, saberes e práticas

Conforme destacamos, é possível vivenciar a prática do turismo comunitário no Cumbe através de seis caminhos, são eles: 1) lugares de memória, 2) lagoas do Cumbe, 3) saberes e modos de fazer, 4) ilhas do rio Jaguaribe, 5) caminho do mangue e 6) o caminho da praia.

O primeiro caminho, designado de lugares de memória, é iniciado na Associação Quilombola do Cumbe. Este caminho revela os aspectos históricos, religiosos, mostra as vegetações medicinais e os conflitos presentes no território, como os ocasionados pela subestação do parque eólico, sendo este, um dos pontos de parada. O intuito é mostrar as riquezas naturais para os visitantes, mas também evidenciar os conflitos existentes ao longo de cada caminho.

As lagoas do Cumbe é o segundo caminho percorrido, sendo realizado com a duração de aproximadamente 1h30min. “O percurso traz uma dimensão maior de lazer e festividade para o turista, pois as lagoas interdunares representam lugares de confraternização e de beleza paisagística, além de retratar a importância do campo de dunas para a vegetação nativa e para a captura de água doce no território”. (Santos, 2020, p. 93). Além de apresentar a paisagem natural, onde se tem o predomínio do campo de dunas e das lagoas interdunares, também é evidenciado os conflitos causados pela presença do parque eólico instalado no campo de dunas, que trouxe a privatização da área em questão, impedindo o livre acesso dos residentes.

O terceiro caminho é o dos saberes e modos de fazer, ele é percorrido com a duração de aproximadamente 20min. Este caminho é trilhado pelos quintais produtivos de algumas famílias

quilombolas, “mostrando um pouco do cotidiano das famílias quilombolas na produção e cuidado de manter a diversidade, seja no artesanato ou na agricultura” (Santos, 2020, p.97). Em alguns quintais há o predomínio do artesanato, onde muitos dos materiais utilizados para a elaboração das artes são da região, como a imburana e a carnaúba. Enquanto em outros quintais temos a criação de animais e uma considerável variedade de vegetação, como por exemplo, a corama, cebola, coentro, pimenta de cheiro, hortelã, pé de mamão, pé de maracujá, laranja, entre outros.

Figura 6: Caminho Lugares de memória



Fonte: Santos (2019).

Figura 7: Caminho Lagoas do Cumbe



Fonte: Santos (2019).

Figura 8: Caminho Saberes e modos de fazer



Fonte: Santos (2019).

O quarto caminho é o das ilhas do Jaguaribe, tem a duração de aproximadamente 2h30min. Este caminho é realizado de barco, percorrendo o Rio Jaguaribe, onde é possível observar a diversificação da paisagem ao longo do rio. Os pontos de paradas são nas chamadas “Ilhas do Jaguaribe”, onde é possível conhecer sobre a diversidade paisagística, assim como a variedade da vegetação do território.

São exemplos de alguns pontos de parada: ilha da carapeba, ilha grande, ilha da maniçoba, entre outros. Em cada ilha há o predomínio de determinadas atividades, como na ilha da maniçoba, onde ocorre a pesca do caranguejo e é um ótimo local para retirar a palha da carnaúba, utilizada no artesanato local.

Figura 9: Caminho Ilhas do Jaguaribe



Fonte: Santos (2019).

O quinto caminho refere-se ao caminho do mangue, o percurso tem cerca de 15min de duração ele “(...) perpassa pelo ecossistema manguezal, demonstrando sua importância e também mostra os conflitos existentes no decorrer do percurso, como a presença dos tanques de carcinicultura”. (Santos, 2020, p.104). Os tanques da carcinicultura presentes neste percurso são amplamente debatidos pela comunidade devido o despejo irregular da água utilizada nesta atividade, impactando a dinâmica natural do ecossistema manguezal.

“Devido aos manguezais terem uma considerável disponibilidade de água e clima favorável à atividade, estes ambientes acabaram sendo os principais alvos desses empreendimentos” (Castro, 2021, p.203). Dessa forma, durante este percurso é salientado sobre a importância do manguezal para o território quilombola do Cumbe, os impactos socioambientais que o afetam, e a necessidade da preservação desse ecossistema.

Figura 10: Caminho do mangue



Fonte: Santos (2019).

A praia é o sexto e último caminho, este percurso é realizado de carro com a duração de aproximadamente 15min. “Esse caminho reafirma a diversidade de paisagens ricas do território e que, exatamente por isso, necessitam de proteção. No percurso é perceptível a presença muito próxima dos aerogeradores e a falta de fiscalização quanto ao lixo deixado pela empresa eólica”. (Santos, 2020, p.107). Neste caminho é possível observar a plantação de coqueiros, que foram plantados visando reduzir os danos causados pelo parque eólico. Apesar dos impactos evidenciados, a praia representa um ambiente de lazer.

Figura 11: Caminho da praia



Fonte: Santos (2019).

Dessa forma, através de cada caminho percorrido emergem histórias, costumes, lutas e resistência dos povos quilombolas do Cumbe. A proposta dos caminhos do turismo comunitário do Cumbe, não se detém em apenas trilhar o caminho, mas “vivenciar” um pouco da trajetória de luta dos quilombolas, através das narrativas que cada caminho propõe. Dessa maneira, a atividade do turismo comunitário também tem atuado como uma forma de dar mais visibilidade a luta da comunidade quilombola do Cumbe, visto que no percorrer dos caminhos é destacado os conflitos existentes e as resistências envolvidas em defesa do território quilombola-pesqueiro do Cumbe.

6. Considerações finais

O turismo comunitário atribui autonomia às comunidades, para gerenciarem os seus territórios, e realizarem atividades que sejam comprometidas com a afirmação da identidade desses grupos, a valorização das suas práticas, saberes e modo de vida. Os principais desafios que a comunidade quilombola do Cumbe enfrenta estão relacionados às injustiças ambientais causadas pelos projetos desenvolvimentistas, gerando também um conflito sobre a autoidentificação quilombola. Isto é visto pelas pessoas da comunidade como uma estratégia de dominação: “dividir para dominar”.

A narrativa incorporada por esses empreendimentos se propõe a promover desenvolvimento econômico, mas para isso, é necessário sacrificar os valores tradicionais que se baseiam em viver em harmonia com o território e preservar a natureza e a cultura local. Para uma visão desenvolvimentista, as comunidades tradicionais são grupos sociais “atrasados ou não desenvolvidos”. Contudo, essas comunidades seguem lutando em defesa de seus territórios e dos bens comuns, realizando suas atividades extrativistas sem colocar em risco os ecossistemas locais, mantendo uma relação harmônica com o meio natural.

Sendo assim, na comunidade quilombola do Cumbe, o turismo comunitário emerge como uma das formas de luta e resistência em defesa do território tradicional, cujos princípios desta atividade, baseiam-se na preservação da cultura, tradições e das identidades, além da geração de emprego e renda para a comunidade e a utilização apropriada dos recursos naturais. Aqueles que passam a se engajar no turismo comunitário na comunidade, assim como os visitantes que passam a vivenciar as experiências proporcionadas por essa atividade, contribuem de forma significativa para o seu fortalecimento. Além de engajá-los na luta em defesa do território tradicional, a atividade também impulsiona o desenvolvimento econômico local, alinhado aos princípios do turismo comunitário.

Essa atividade tem sido promissora para a comunidade, que dispõe de uma boa infraestrutura e oferece serviços de qualidade, proporcionando uma experiência positiva aos visitantes. A satisfação dos visitantes é um indicador crucial do desenvolvimento do turismo comunitário, além do envolvimento ativo da comunidade.

No tocante às limitações para a realização dos projetos de extensão, foi sobretudo durante a pandemia do COVID-19, as atividades foram significativamente limitadas. Contudo, seguimos realizando algumas atividades de forma virtual, de acordo com as limitações. O projeto de extensão atual tem como foco a cartografia das marisqueiras do Rio Jaguaribe, visando realizar o mapeamento colaborativo das territorialidades das marisqueiras localizadas na foz do rio Jaguaribe, através do uso da cartografia social.

No que se refere a análise participante, destacamos que o envolvimento ativo dos participantes no desenvolvimento dos projetos de extensão foi essencial, possibilitando que os quilombolas expressassem suas perspectivas acerca dos desafios enfrentados pela comunidade e a importância do turismo comunitário para a afirmação identitária e territorial.

Bibliografia

- Brandão, C. R., Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Rev. Educação Popular* 6, 51-62, Uberlândia.
- Brito, B.D.M. (2016). *Geografia geral aplicada ao turismo*. Rio de Janeiro: SESES.
- Castro, L. L., & Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teóricos-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo* 13 (2), 213-226.
- Castro, A. R. N. (2021). A apropriação capitalista da natureza e os conflitos pela água no território do Cumbe (Aracati/CE): lutar e resistir por um bem comum. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UECE, Fortaleza-CE.
- Coriolano, L. N. M. T. (2006). Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *Conselho Latino-americano de Ciências Sociais*. São Paulo-SP. ISBN 978-987-1183-64-7 (pp.367-378).
- Coriolano, L. N. M. T. (2008). *O turismo comunitário no nordeste brasileiro*. V seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em turismo. Belo Horizonte-MG.
- Cruz, C. A. (2003). *Introdução à Geografia do Turismo*. (2ª ed.), São Paulo-SP: Roca.
- Cruz, C.A. (1999). *Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo-SP.
- Junior, E.A.F. (2010). *Terras indígenas nas cidades: Lei municipal de desapropriação nº 302 Aldeia Beija-flor, Rio Preto da Eva, Amazonas*. Manaus: UEA Edições.
- Lustosa, I.M.C. (2012). *Os povos indígenas, o turismo comunitário: um olhar sobre tremembé e os jenipapanindé do Ceará*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia-GO.
- Lima, T. K. B. (2019). Quilombo do Cumbe-CE: um olhar acerca das implicações do processo nº 0800097-05.2018.4.05.8101 no reconhecimento da identidade quilombola. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) - UFERSA, Mossoró-RN.
- Mullins, P. (1991). Tourism urbanization. *International Journal of Urban Regional Research*. Recuperado de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1468-2427.1991.tb00642.x> /Acesso em 20 Dez. 2023.
- Nascimento, J. L. J., & Lima, I. C. (2014). As Lutas Socioambientais dos Pescadores/as do Mangue do Cumbe/Ceará, Contra as Injustiças Ambientais. In: *IV Seminário de Justiça Ambiental, Igualdade Racial e Educação*, Duque de Caxias-RJ. Anais. Duque de Caxias: UNIGRANRIO, (pp. 179-192).
- Nascimento, J. L. J., & Lima, I. C., (2017). Nas trilhas da memória e da história: Cumbe um museu a céu aberto. In: *XI Encontro Regional Nordeste de História Oral*. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, (pp. 2 -14).
- Nascimento, J. L. J., & Lima, I. C., (2017). Na pesca e na luta: mulheres quilombolas pescadoras do mangue do Cumbe contra as injustiças ambientais. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis-SC, (pp. 1-11), ISSN 2179-510X.
- Pereira, A.Q; Dantas, E.W.C. (2021). *Espacialidades turísticas: do regional ao global*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Pedote, G.S. (2022). Historia de algunas denominaciones de turismo en Españã: turismo deportivo, turismo cultural, turismo marinerio y turismo gastronómico. Cuadernos de Turismo: Universidade de Murcia.
- Raffestin, C., (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo-SP: Editora Ática S.A.

- Rede Cearense de Turismo Comunitário [Rede Tucum] (2013). *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*. Fortaleza-CE: Tucum.
- Sampaio, C. A. C. (2005). *Turismo como fenômeno humano*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC.
- Santos, C.D., (2021). *Inventário da realidade no território quilombola-pesqueiro do Cumbe (Aracati-CE): elementos para articular o turismo comunitário*. Projeto de extensão -UECE, Fortaleza-CE.
- Santos, L. M., & Santos, C. D. (2020, dez). Os caminhos do turismo comunitário: afirmação territorial na Comunidade Quilombola, Aracati-CE. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, (Edição especial, v. 15, ISSN 1809-6271, n. 39, pp. 333-352).
- Souza, A. M. S., Oliveira, G. M. C., & Vieira, K. M. A. (2020). A festa do mangue na comunidade quilombola do Cumbe/CE: das suas histórias, valores culturais e lutas. In: Oliveira, G. M. C., and Vieira, K. M. A., eds. *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação* [online]. Mossoró-RN: EdUFERSA, (pp. 207-224). ISBN: 978-65-87108-09-4.

Notas

- ¹ As comunidades remanescentes de quilombo ou os quilombos contemporâneos são grupos sociais cuja identidade étnica até hoje os distingue do restante da sociedade. A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social e elementos linguísticos e religiosos. (Recuperado de: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/> Acesso em 15 Dez. 2023).
- ² Os organismos vivos e o seu ambiente inerte (abiótico) estão inseparavelmente ligados e interagem entre si. Qualquer unidade que inclua a totalidade dos organismos (isto é, a «comunidade») de uma área determinada interagindo com o ambiente físico por forma a que uma corrente de energia conduza a uma estrutura trófica, a uma diversidade biótica e a ciclos de materiais (isto é, troca de materiais entre as partes vivas e não vivas) claramente definidos dentro do sistema é um sistema ecológico ou ecossistema (Odum, Eugene P. 2001. *Fundamentos de ecologia*. 6ª ed. p. 11, Lisboa). As planícies fluviomarinhas localizam-se em áreas que sofrem as influências da oscilação das marés. São formadas principalmente pela deposição de sedimentos argilosos, ricos em matéria orgânica, e possuem uma superfície plana submetida às inundações periódicas (Castro, 2021, pp.137).
- ³ Justiça ambiental é um conceito e um movimento político que se refere à necessidade de reduzir as assimetrias sociais e econômicas decorrentes do contexto ambiental de determinados grupos sociais. Escassez de recursos naturais, desequilíbrio de ecossistemas, desastres naturais e fenômenos climáticos não respeitam distribuições geográficas e impactam classes, gênero e raça de formas distintas. (Recuperado de: <https://www.ecycle.com.br/justica-ambiental/> Acesso em 15 Abr. 2023).
- ⁴ O PRODETUR-NE se projeta como um megaprojeto de investimentos adequado a um ambiente competitivo, em que os investimentos são internacionalizados — não somente os públicos, mas os privados a partir da integração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que participa deles ao lado do Banco do Nordeste (BNB), seu órgão executor. O programa é baseado em uma abordagem de autossustentabilidade e num moderno gerenciamento que supõe planejamento participativo e estratégico (Paiva, 2010, p.198)..
- ⁵ Desde 1996, os quilombolas do Cumbe vêm se organizando para enfrentar e denunciar as violações de direitos ocasionados pelos empreendimentos econômicos que invadiram o território de uso comunitário. Com a criação da Associação em 2012, os quilombolas pescadores/as do mangue do Cumbe, vêm se organizando e desenvolvendo diversas estratégias de lutas políticas para avançar com o processo de fortalecimento da identidade quilombola pesqueira e regularização fundiária do território tradicional. (Recuperado de: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/quilombo-do-cumbe-associacao-quilombola-do-cumbe-aracati/> Acesso em 15 Dez. 2023).

Recibido: 29/05/2023
Reenviado: 20/12/2023
Aceptado: 08/01/2024
Sometido a evaluación por pares anónimo